

“TORNAR-SE MULHER”: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO A PARTIR DA VIVÊNCIA DE MULHERES NO “CURSO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE SÃO CARLOS/SP”

Simone Braghin¹ & Isabela Fagundes Cagnin²

RESUMO

BRAGHIN, S.; CAGNIN, I. F.; “Tornar-se Mulher”: processos de subjetivação a partir da vivência de mulheres no curso de Promotoras Legais Populares de São Carlos/SP. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v.9, n.24, p.1-13, 2019.

Fruto de uma observação participante, realizada entre 2011 a 2017, este artigo discorre sobre a formação da identidade coletiva e individual de mulheres a partir do Curso de Promotoras Legais Populares de São Carlos/SP (CuPLPs) e do Coletivo de Promotoras Legais Populares de São Carlos/SP (ColPLPs). Para isso, realizamos uma reflexão sobre a questão de gênero à luz da sociologia dos processos de subjetivação e de formação

de identidades coletivas oriunda da perspectiva foucaultiana de Denise Jodelet (2009). Quando somados e entendidos como complementares, os princípios de *solidariedade, respeito e consenso*, propiciam o diálogo e reajustes dos processos de criação de identidade entre as participantes do CuPLPs e do ColPLPs, porque as colocam em constante reflexão sobre os rumos do Coletivo e do CuPLPs e de suas ações individuais e coletivizadas.

Palavras-chave: Sociologia dos Processos de Subjetivação; Identidades Coletivas; Movimentos Sociais; Feminismo.

ABSTRACT

As a result of a participant observation, carried out between 2011 and 2017, this article discusses the formation of the collective and individual identity of women from the Popular Legal Promoters Course of São Carlos / SP (CuPLPs) and the Collective of Popular Legal Promoters of São Carlos / SP (ColPLPs). In order to do this, we reflect on the issue of gender in the light of the sociology of subjectivation processes and the formation of collective identities from the Foucaultian

perspective of Denise Jodelet (2009). When added and understood as complementary, the principles of solidarity, respect and consensus, allow the dialogue and readjustments of the processes of identity creation between the participants of the CuPLPs and the ColPLPs, because they place them in constant reflection on the directions of the Collective and the CuPLPs and their individual and collectivized actions.

Keywords: Sociology of Subjectivation Processes; Collective Identities; Social movements; Feminism.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Faculdade de Ciências e Letras-Rodovia Araraquara-Jaú, km 1 - CEP 14800-901

² Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - Rua Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária “Zeferino Vaz” - Barão Geraldo, Campinas - SP - CEP 13083-896

(*) E-mail: sim3br@gmail.com

Data de recebimento: 13/03/2019. Aceito para publicação: 29/04/2019.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a formação da identidade coletiva e individual de mulheres a partir do Curso de Promotoras Legais Populares de São Carlos/SP (CuPLPs). Para isso, dividiu-se este artigo em três movimentos. Primeiro, realizou-se uma reflexão sobre a questão de gênero e sobre o processo de formação de identidades coletivas pelas múltiplas representações sociais estabelecidas nos processos de interação entre indivíduos, seguindo perspectiva analítica da sociologia das representações sociais e subjetivações.

Na segunda seção apresenta-se a metodologia; após, contextualiza-se o objeto em seus três movimentos: (1) surgimento das Promotoras Legais Populares (PLPs) na América Latina e Brasil; (2) surgimento das PLPs em São Carlos/SP; (3) formação de uma identidade coletiva a partir da experiência das mulheres no Curso de formação/capacitação legal (CuPLPs) e da formação do Coletivo de Promotoras (ColPLP).

Apontou-se para a centralidade do Curso (de seus objetivos e metas) na formação de coletividades sociais de mulheres. Ademais, com a observação em dois tempos, observou-se as mudanças no curso e como ele passou a ser desenvolvido e ressignificado pelas mulheres participantes (discentes) e formadas imbuídas da organização das outras edições. Para isso, traz-se elementos narrados por essas mulheres em entrevistas ou relatos.

Com esse trabalho, espera-se demonstrar (a) como as relações sociais entre as mulheres durante as duas edições do Curso (3^o e 5, respectivamente, nos anos de 2013 e 2015) e posterior construção do ColPLPs (enquanto Movimento Social) fizeram-nas sujeitos mais empoderados e conscientes da condição de sujeição do gênero feminino, (b) e como elas ressignificaram isso a partir de um engajamento político por direitos. A escolha destas duas edições se deu pela facilidade em dialogar com as mulheres participantes e pela mudança, ocorrida em 2015, (a) na execução do Curso e (b) no projeto de Coletivo/Movimento Social.

1.1. “Ninguém nasce mulher”: gênero e a formação de identidades coletivas

Grandes nomes na filosofia e ciências humanas, como Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Judith Butler e Betty Friedan voltaram suas atenções na busca por questionar o “ser mulher”: noção essa naturalizada como corpo *apêndice* ao masculino (costela de Adão). Afinal, o que é ser mulher? De modo sucinto, a noção de mulher está como par oposto à de homem. Ele: viril, forte, dominante, agente das relações públicas, do trabalho produtivo, da guerra e diplomacia, etc.; ela: fraca, submissa, sujeito do espaço privado e trabalho reprodutivo, da paz, objeto e propriedade (do homem), etc.

Em 1949, Beauvoir (1980) colocou em evidência e contestação essas noções e papéis preestabelecidos à mulher já no seu nascimento – associando gênero com sexo biológico. Contudo, antes dela, havia mulheres que colocavam essas concepções em xeque, por meio de ações e atitudes “transgressoras” às épocas em que se inseriam; por exemplo, o movimento sufragista britânico, na década de 1910, as sufragistas neozelandesas, em 1893, entre outras.

Evidente que essas e outras inúmeras conquistas não tornaram igualitária a situação das mulheres em relação aos homens. Ao contrário, a luta dos grupos sociais por igualdade e equidade entre gêneros não houve fim. Os movimentos feministas surgiram [no Brasil] durante a ditadura militar (1964-1985) – época marcada pela luta a favor da democracia e participação política da sociedade civil. Nesse período, as mulheres iniciaram sua busca pela atuação nos espaços de discussão e decisões políticas, dominados exclusivamente por homens (SARTI, 2001, *apud* CUGLER; SANTOS, 2012).

Nos dias atuais, o trabalho mais delegado às mulheres é de *care* (cuidados pessoais), ocorrendo uma “divisão de gênero no trabalho emocional” (BONELLI, 2004). Esse fenômeno

não é recente. Jodelet (2005) discorre acerca desse trabalho na França e Bélgica, onde mulheres, na ausência de proventos dos trabalhos masculinos, passam a receber valor financeiro pela hospedagem e cuidados de pacientes doentes.

O trabalho de *care* descrito por Jodelet (idem) é um bom exemplo de como as identidades podem ser construídas socialmente por meio do trabalho e pela vivência coletiva. Segundo a autora em análise de sua etnografia, a vivência de grupos distintos cria um processo de discriminação modelado em um conjunto de subcategorias e identidades para distinguir o grupo de pacientes do grupo de moradores locais.

A autora afirma, ainda, em sua observação que, para os grupos hegemônicos, o processo de exclusão e discriminação é importante e necessário para a proteção e separação das identidades. Assim, o enquadramento do grupo subalterno como “inferior” é uma forma coletiva (do grupo hegemônico) de subjetivar a identidade desse outro (sujeito sujeito) e, em processo, construir e solidificar sua própria identidade. Com isso, e uma vez que os sujeitos perdem todo e qualquer referencial de coletivização e representação que tiveram fora dessa lógica e contexto social, passam a “aderir” estes códigos e sentidos de inferioridade atribuídos à sua identidade.

Jodelet (Id.) afirma que o grupo observado pode ser comparado com demais grupos marginalizados da sociedade, em especial, no processo de subjetivação e coletivização das identidades e na ausência de interesse nas especificidades dos sujeitos, ou seja, na omissão social em querer entender o que leva certos grupos a “serem/estarem” nas situações marginais que se encontram. Isso corrobora com a visão de Bauman (2005) acerca da identidade. Para ela, mesmo segmentada e fluida, ela se refere ao conhecimento de si, e isso envolve os contextos e constructos sociais que circulam o sujeito. A identidade está sempre posta no plural – tanto no princípio daquilo que somo(s) como na lógica de grupos.

Nos dias correntes percebe-se essas diferenciações entre homens e mulheres pela diferença salarial na execução de mesma função empregatícia (DIEESE, 2011; BANDEIRA, 2005). Ademais, é constatado que homens e mulheres dedicam número total de horas diferenciado para trabalhos domésticos, sendo que estas têm um dispêndio 10 horas/semana a mais que aqueles (IBGE, 2012 *apud* SANTOS, 2015). Além disso, pesquisas apontam que mulheres são alvos de tráfico para fins de exploração sexual (BRASIL, 2008); que a razão de pessoas agredidas no país por pessoas conhecidas é de 191 mulheres para cada 100 homens (WAISELFISZ, 2015).

Em resumo, segundo Bandeira (2005, p. 16), “indicadores de renda, trabalho, saúde, educação e representação política apontam para relações desiguais de poder e distribuições de recursos entre os sexos.”. Percebe-se, então que, nos dias atuais, o trabalho exercido por homens agrega mais valor daqueles realizados por mulheres. Percebe-se então na atualidade uma representação social de que mulheres são mais frágeis, justificando um papel “diferenciado” àquele representado pelo homem e, conseqüentemente, possuindo menor valor nos espaços públicos.

Para Jodelet (2009), em termos gerais, a subjetividade significa que o indivíduo conduz os processos de representação no seu próprio corpo, ou seja, conduz de si para si. A partir de seus desejos, sentidos, emoções, ele vivencia e experimenta na sua vivência formas práticas e expressivas sobre o(s) outro(s) e objetos que o cercam. Em linhas gerais, a subjetividade está disposta em um conjunto de mecanismos de controle de poder e saber. Contudo, em nossa sociedade existem diversas formas de concepção do subjetivo possíveis, como formas alternativas, auxiliando na reapropriação do significado da existência e da autovalorização de si.

Jodelet (Idem) informa, ainda, que os processos de formação de subjetividades se forjam em saberes alternativos, buscando a emancipação do sujeito. Estes processos são importantes formas de representações de si e das escolhas que corroboram para a formação do

sujeito. A representação que cada um faz de si nos papéis e formas como se está inserido no espectro social é representado socialmente; e, além disso, a forma como o sujeito se vê inserido nessas interações sociais (e como a elas correspondem) faz parte de suas escolhas individuais.

A escolha, enquanto componente do processo de subjetivação, deve ser entendida como mecanismo de ligação entre sujeitos em representações sociais. Os efeitos dessas representações nas formas de subjetivação são socialmente gerados e gerenciados por indivíduos que as repaginam (JODELET, Id.). Repaginar a si também é causar um efeito no ambiente de convívio.

Pensando na noção “nascido/ser – tornar-se” mulher, a noção de mulher é constantemente ressignificada. Conforme Thompson (1995) afirma, as ideologias devem ser vistas como constructos sociais. Devem ser contestadas. Todo movimento simbólico que visa estabelecer e sustentar relações de dominação é tida como um fenômeno ideológico. Seu contrário, o fenômeno contestatório é definido, por Thompson (Id.) como todo momento de contestação que prevê a mudança na forma como as relações são impostas por aquele movimento simbólico estabelecido.

À luz a esta perspectiva, o fenômeno do machismo é um fenômeno de representação cultural. E, enquanto cultural, deve ser compreendido como uma forma simbólica de dominação estruturada em cada sociedade no seu contexto histórico. Nesse sentido, o machismo é um fenômeno de longo prazo e que possui variantes geográficas e situacionais, relativas ao tempo – espaço, da sociedade em questão.

Evidente que, em um cenário de capitalismo global e multicultural, não se pode negar a influência de elementos externos à uma sociedade no seu processo de ressignificação cultural. Tendo isso em perspectiva, esta pesquisa não tem como intento aprofundar essas reflexões, mas apenas deixá-las à vista, pois este cenário impacta tanto na formação de movimentos feministas quanto no formato de opressão de gênero em nossa sociedade.

2. METODOLOGIA

Para execução da pesquisa, além da *análise documental* (de relatos, entrevistas, falas públicas, entre outros), foi utilizado o método da *observação participante* durante as edições do curso e reuniões das mulheres. Esta observação ocorreu entre os anos de 2011 a 2017. Entre 2011 a 2012, houve a segunda edição do Curso (em que uma das pesquisadoras fez parte da turma) e, nos anos seguintes, a observação se deu tanto na construção do CoPLPs como na organização do Curso, enquanto membro da incipiente coletividade.

A observação ocorreu em dois tempos: (a) observou-se as mudanças no curso e (b) como ele passou a ser desenvolvido e ressignificado pelas mulheres participantes (discentes) e formadas imbuídas da organização das outras edições. Para isso, apresenta-se os elementos (*análise documental*) narrados por essas mulheres em entrevistas ou relatos dispostos em pesquisas (cf. Referências) e informações dispostas pelo Coletivo de Promotoras Legais Populares (ColPLPs): todo o material utilizado está divulgado publicamente no *site do ColPLPs* (Cf. < <https://goo.gl/sSGCai> >. Acesso em: 02 mar. 2019), ou na comunidade do Facebook (Cf. < <https://goo.gl/ZUvu45> >. Acesso em: 02 mar. 2019.) ou no canal do Youtube (Cf. < <https://goo.gl/BMocf> >. Acesso em: 02 mar. 2019).

A partir dos métodos de pesquisa supracitados, analisou-se o objeto à luz da perspectiva teórica foucaultiana de Denise Jodelet (2009), da noção de cultura moderna e formação ideológica de John Thompson (1995), e da noção de identidades e comunidades fluidas de Zygmunt Bauman (2005) – que, juntos, nos trazem uma abordagem significativa para o campo de estudos da sociologia dos processos de subjetivação e formação das identidades coletivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

RESSIGNIFICAÇÃO DA NOÇÃO DE MULHER A PARTIR DA VIVÊNCIA FEMINISTA

3.1 Promotoras Legais Populares: surgimento da ideia

O CuPLP surgiu na década de 1970, como parte de uma experiência de *capacitação legal* que visava “diminuir a distância entre mulheres dos setores populares daquelas com formação em direito” (RICOLDI, 2005, *apud* SANTOS, 2015, p. 41. Tradução nossa). As experiências de Curso realizadas na Argentina, Peru e Chile motivaram mulheres como “Amelinha Teles” a realizar uma edição no Brasil (GOUVÊA; BRANCALHONE, 2012; SANTOS, 2015).

Foram duas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas que aplicaram o CoPLP no Brasil: a Themis (Rio Grande do Sul), em 1993; e a União de Mulheres de São Paulo, em 1994. O público alvo dos Cursos são mulheres de qualquer escolaridade ou atividade escolar, independente de grupo/classe social, religião, etc. O principal requisito é formar um grupo heterogêneo – similar a sociedade (GOUVÊA; BRANCALHONE, 2012).

De maneira geral, o curso de Promotoras Legais Populares possui três características marcantes: [1] formar mulheres para que sejam multiplicadoras dos direitos humanos e especialmente da população feminina; [2] apresentar uma abordagem multidisciplinar do direito, incorporando aos tópicos do direito outras questões como cidadania, relações de gênero, entre outros; e [3] ser uma ação afirmativa para mulheres (LEANDRO; ARAÚJO, 2015, p. 43).

Gouvêa e Brancalhona (2012) informam que dentre os objetivos do Curso está: (a) a formação de mulheres para o enfrentamento de desigualdades de gênero e (b) o fortalecimento do diálogo com o poder público, visando o cumprimento das leis que garantam os direitos de cidadania das mulheres (proteção à vida, saúde, dignidade, participação política, etc.). A atuação das mulheres formadas no CoPLP ocorre mediante organização de atividades públicas – como palestras e intervenções – de conscientização dos direitos das mulheres; e pela orientação de outras mulheres acerca de seus direitos – por meio de conversas informais em fila de Bancos ou no espaço de atendimento aos casos de violência doméstica.

O Curso somou às mulheres em seus entendimentos do que é “ser” mulher e na construção de uma espécie de luta pela manutenção dos direitos adquiridos constitucionalmente, e na luta por direitos ainda não adquiridos (como aborto) e práticas garantidoras da efetivação desses (Leis de ordem processual, como Lei 11.340/2006 – Lei “Maria da Penha”). Ele contribuiu, segundo relatos das mulheres, para a compreensão da noção construída socialmente sobre o que é “ser” mulher em oposição ao papel do homem; e para a reflexão e ruptura desse entendimento e sujeição enquanto “sujeitos” inferiores: meros *apêndices* do masculino, donas das casas e exclusivas responsáveis pelos cuidados de crianças.

O Curso foi avaliado como uma ação de sucesso, e passou a ser oferecido por diversas instituições como Universidades, Sindicatos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), prefeituras, etc., havendo recomendação da Secretaria de Políticas para Mulheres para a sua aplicação (SANTOS; SOUZA, 2015). É nesse contexto que CoPLP chega até São Carlos/SP por meio da Prefeitura Municipal no âmbito da Divisão de Políticas para Mulheres (PMSC – DPM).

3.2 Promotoras Legais Populares: o caso São Carlos/SP

Segundo Cugler e Santos (2012), a morte de Gravelina Teresinha Lemes – brutalmente assassinada a marretadas por seu “companheiro”, em 1997 – foi o disparador para a geração das primeiras políticas públicas do município focadas na proteção de mulheres em situação de risco.

Para WILLIANS (2001, *apud* CUGLER; SANTOS, 2012, p. 21) “o que mais chocou a cidade [na morte de Gravelina], foi o fato de que junto ao corpo inerte, estava o bebê que, horas depois do crime, ainda sugava o seio da mãe morta”.

Dentre as ações políticas estava a criação da Casa Abrigo “Gravelina Terezinha Lemes”, fundada em 08 de março de 2001, com o objetivo de proteger mulheres e seus dependentes que necessitavam se afastar de seus companheiros, devido à riscos de morte eminente, assim como fora com Gravelina (CUGLER; SANTOS, *Idem*).

Em 2001, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social do município se compromete a construir uma política de proteção aos direitos das mulheres (CUGLER; SANTOS, 2012.). Como parte dessa política, estava a criação de um Centro de Referência para as Mulheres (CRM), em 2007 (Cf. em: <<https://goo.gl/kLxqs4>>. Acesso em: 01 fev. 2019), e a criação da DPM – responsável pela execução e articulação de políticas para mulheres. Dentre as iniciativas da DPM estava a construção e aplicação do CoPLP (GOUVÊA; BRANCALHONE, 2012).

Para aplicar o CoPLP quatro mulheres (duas delas do poder público municipal e duas da sociedade civil) foram até Rio Claro/SP, município vizinho de São Carlos, participar do CoPLP (GOUVÊA; BRANCALHONE, 2012; SANTOS, 2015) realizado naquele município. A partir dessa experiência, elas puderam construir coletivamente – e a partir de uma experiência de sucesso – uma primeira edição a ser organizada e oferecida pela Prefeitura Municipal. A primeira edição do CoPLP/São Carlos teve início em agosto de 2010 e término em março de 2011.

Dentre as participantes da primeira turma havia mulheres de nível educacional fundamental incompleto até pós-doutoras; e que atuavam nas mais diversas áreas profissionais, como: saúde, educação, serviços, trabalho doméstico, autônomas, estudantes, aposentadas, empresárias, funcionárias públicas, desempregadas, entre outras. Além disso, a idade das participantes se mostrou bastante diversa: variando entre 16 até os 60 anos (GOUVÊA; BRANCALHONE, *Id.*; SANTOS, *Id.*).

Para o coletivo [de PLPs], ficou a marca da solidariedade, do saber ouvir e passar a fala para a colega mais tímida, encorajando-a, de aprender a tolerar quando o ritmo de cada uma não se assemelha, de compreender que *embora haja diferenças, todas são iguais por serem mulheres*. (GOUVÊA; BRANCALHONE, 2012, p. 73. Grifo nosso).

A condição de heterogeneidade é uma das marcas e valores importantes do Curso que passou como característica do ColPLPs formado com as dissidentes das três primeiras turmas. Contudo, um fenômeno que se observou a partir da terceira edição do Curso, foi uma ligeira homogeneização e, por consequência, do ColPLPs. Isso se deu devido fatores que mudaram a forma de realização do Curso.

Na realização da primeira e segunda turma (iniciada em 2011 e com o apoio e planejamento conjunto entre Prefeitura e mulheres da primeira turma), havia mecanismos facilitadores para a frequência de mulheres mais vulneráveis economicamente. Por ser organizado e realizado pela Prefeitura, o Curso contava com espaço para crianças, passes de ônibus, alimentação (*coffee break*) e impressão/cópia das apresentações de *slides* (material paradidático). Santos (2015, p. 54), enquanto organizadora do Curso, relata:

Com o decorrer do tempo, observei que as mães não estavam trazendo suas crianças. [...] elas relataram que a partir do conhecimento que tiveram sobre os seus direitos, *se organizaram* e foram até o conselho da escola solicitar a permanência em tempo integral no dia em que as mães estavam participando do curso (Grifo nosso).

Em fevereiro de 2013, as duas turmas de PLPs formadas se reuniram para pensar a organização da terceira edição do Curso. Com a mudança de governo e consequente choque de gestão no município, o grupo se viu cerceado pela nova gestão municipal e com grandes dificuldades para estabelecer um diálogo saudável com a nova administração. Por isso, deliberou que era chegada a hora de se organizar enquanto movimento social e tomar às rédeas do Curso. A partir de então, houve a busca por um lugar para reunião das mulheres formadas em outro local, visto que anteriormente as reuniões se davam no Centro de Referência da Mulher (CRM) da prefeitura.

Esse “choque de gestão” causou um efeito inesperado no Curso. Houve uma mudança de horário para a realização e dificuldades na divulgação (ausência de auxílio e verba da prefeitura), ocorrendo uma significativa diminuição do número de inscritas. Ademais, não foi possível fornecer os mesmos recursos que havia nas primeiras turmas para a manutenção das mulheres em maior vulnerabilidade (passes, alimentação, etc.). Notou-se, então, alta evasão de mulheres mais vulneráveis socioeconomicamente.

A partir dessa turma, as PLPs se viram formadas majoritariamente por mulheres universitárias. Contudo, o local do Curso permitiu a inserção de mulheres sindicalistas ao grupo. Saindo das dependências da Prefeitura, o Sindicato dos Metalúrgicos da cidade abriu suas portas para o Curso e, por consequência para a reunião das mulheres formadas – o que possibilitou a participação de mulheres metalúrgicas e a organização incipiente de uma ideia de Movimento Social.

Nos anos que se seguiram, 2013 a 2015, ocorreram três edições do Curso organizadas pelas Promotoras Legais Populares (PLPs), isto é, mulheres formadas, em parceria ativa com Sindicato – que passou a auxiliar com a divulgação do Curso. A cada edição do Curso posterior, o grupo de PLPs se reúne por alguns meses para rever e avaliar a edição por dois critérios: das organizadoras da edição, em especial as PLPs que acompanharam as aulas como responsáveis pelo grupo (como o curso se tornou uma autogestão do Coletivo, o grupo se organizou em um rodízio, onde as responsáveis pela aula de cada semana eram sempre duas Promotoras, conforme a disponibilidade individual. Desse modo, todas participavam na organização e gestão das aulas) ou como ministrantes de aulas (as PLPs formadas na primeira e segunda turma começaram a aplicar palestras nas edições seguintes. Com isso, o curso prisma pela a autogestão e autoformação); e das mulheres que realizaram a última edição concluída.

O formato e temáticas abordados no Curso estão em constante avaliação. Além desse aspecto de avaliação *posterior* ao Curso, as PLPs (formadas) realizam a avaliação contínua durante a edição em andamento. Buscou-se estabelecer um contato mais próximo com as mulheres “em curso”, abrindo um canal virtual de comunicação onde foram feitas trocas de sugestões e informações sobre as aulas passadas e futuras. Estabeleceu-se em 2015 um Regimento Interno do Coletivo, separando aquelas que militam no grupo, enquanto movimento social, daquelas que participam do curso – e se formam – mas não se engajam na luta feminista. Essa separação se tornou necessária para solidificar uma vivência e ideologia compartilhada entre as associadas, uma vez que, depois de formadas, as participantes que não participavam do Coletivo, gradativamente, descolam-se do restante do grupo, tendo-o apenas como uma referência de ajuda, se/quando necessário.

Essa proximidade “durante” tornou-se um meio de estreitamento dos laços de identidade entre associadas e “cursandas”, onde os saberes e experiências foram partilhados –

reconhecendo deficiências tanto na administração do Curso quanto no conhecimento das próprias associadas, além de evidenciar a capacidade dessas futuras “associadas” em contribuir com seus saberes, germinando um sentimento coletivo compartilhado.

A partir dessas experiências, o grupo se politizou e se uniu como grupo que tem um ideal maior e contínuo: se institucionalizar ONG e continuar lutando para garantir seus direitos, enquanto mulheres e associação de mulheres, bem como formar e informar outras mulheres acerca de seus direitos.

Para isso, o grupo estabeleceu e visou manter um conjunto de princípios e ações que são partilhados pelas suas associadas. Na seção seguinte, apresentamos esse conjunto de princípios e, visando demonstrar a forma com essas mulheres se uniram e construíram uma representação coletiva sobre o que é ser mulher, recuperamos falas e entrevistas de algumas dessas mulheres associadas ao ColPLPs e de outras participantes do 3º Curso.

3.3 Identidade coletiva: prática e discurso feminista das PLPs São Carlos/SP

Fornecida pinceladas sobre o contexto geral das mulheres no país e a criação das PLPs na América Latina e Brasil, de forma a evidenciar como a ideologia e subjetividade de mulheres foram ressignificadas e coletivizadas pela sua vivência feminista, descreve-se a seguir (1) momentos e experiências do terceiro Curso, (2) o processo de fundação e organização do ColPLPs, e (3) as ações que se seguiram após esse marco.

3.3.1 Identidade coletiva: Experiência do 3º e 5º CuPLPs

O terceiro Curso foi cheio de novidades para o grupo organizador. Nova sede, grupo em processo de construção sem a tutela do governo, ausência de recursos financeiros próprios para divulgação e realização, etc. O horário do Curso precisou ser alterado do período matutino para o vespertino, visto que as PLPs não poderiam revezar sua presença durante as manhãs. Mesmo com essa alteração, foi difícil garantir a presença de uma maioria formada.

É importante frisar que o papel das PLPs no dia a dia do CoPLP era o de garantir que a sede fosse aberta, de preparar o projetor e materiais para uso dos palestrantes, de recepcionar as alunas, de abrir a sessão – apresentando e passando a palavra ao palestrante – e de organizar a mesa do café (intervalo).

Nota-se que, sem o auxílio da prefeitura, o café passou a ser organizado pelas “cursandas”, de modo que elas mesmas tomaram a iniciativa de gerenciar um revezamento onde duas ou três mulheres seriam responsáveis por trazer pratos doces e/ou salgados e café e sucos.

O horário estabelecido também impactou no tamanho e perfil do público atingido: 5 estudantes, 4 metalúrgicas (diretoras do sindicato), 3 profissionais da saúde, 3 da educação, e 6 mulheres exercendo ocupações diversas (SANTOS, 2015). Além disso, muitos palestrantes não puderam continuar no projeto, devido o horário de oferta do mesmo. Apesar desses e outros empecilhos, o Curso conseguiu chegar ao seu fim de forma bem sucedida. Isso só foi possível devido aos esforços particulares e constantes de duas PLPs assíduas nos encontros: Tupila e Jasmim (nomes fictícios). Elas, duas mulheres mais velhas e batalhadoras, conseguiram assegurar o andamento do Curso e passar para as alunas os ideias de respeito e solidariedade propostos no grupo.

Santos (2015) entrevistou quatro participantes da terceira turma do Curso com perfis diferenciados. Seus nomes foram substituídos por nome de flores, para preservar suas identidades. As entrevistadas foram Rosa, Margarida, Gardênia e Violeta. Segundo Santos (2015, p. 86): “os elementos apontados pelas mulheres [...] nos indicam que as motivações

para o Curso de PLPs estão mais ligadas a questões de aquisição de conhecimento e de *ajudar as pessoas ao seu redor*” (Grifo nosso).

Em contrapartida, houve elementos que dificultaram a presença no Curso. Dentre questões mais adversas, como chuva, sol forte, etc., algumas mulheres apontaram barreiras religiosas, ao tratar de certos temas mais polêmicos: como a questão do aborto, relações homoafetivas. Em geral, foi perceptível em todas as edições que as mulheres que se sentiram incomodadas com questões polêmicas, não manifestaram interesse em participar do grupo após término do Curso.

Além disso, o Curso se mostrou eficiente na transmissão de informações diversas sobre direitos e em fomentar um processo difusor dessas informações pelas participantes:

“Quando eu fui fazendo o curso eu *vi o quanto eu não sabia de nada*. O quanto precisava daquelas aulas [...] pra poder aprender coisas básicas, justamente *já passando pra família*. Então, por exemplo, a aula sobre idoso, que a gente viu o estatuto [...] eu *já liguei pra minha mãe, pra minha madrinha... que são coisas pequenas, mas que vai te engrandecendo*.” (Trecho da entrevista de Rosa. In: SANTOS, 2015, p. 88. Grifo nosso.).

E potencializou o desejo das mulheres de baixa renda e escolaridade de estudar mais, mostrando-se como um elemento motivacional na vida delas, em especial daquelas que nunca haviam participado de uma formatura e recebido um diploma.

“Mas, *no curso você se envolve mais*, você tem aquele compromisso no dia e você vai, naquela época [do curso] você pesquisa mais, você lê mais sobre, você guarda o material, para estar estudando, dar uma lida, *eu acho que para mim que tudo o que foi colocado foi de grande apreciação*” (Trecho da entrevista de Violeta. In: SANTOS, 2015, p. 88. Grifo nosso).

Outro ponto trazido pelas participantes é a diversidade de mulheres. A entrevistada Rosa expressou isso em sua fala:

“Não é só em relação ao conteúdo, mas você estar ali, com pessoas [que] são completamente diferentes de você, que você com certeza jamais conheceria essa pessoa se não fosse essa situação, então você começa a ver como o mundo é maior do que você imaginava e que muitas vezes vai ter uma pessoa ali que você não concorda... com o tudo dela praticamente, com o poder que a religião traz a vida dela, com as posições que determinados assuntos. Mas, que ainda assim, você está ali, com ela, para um determinado motivo que vocês têm em comum. Então poder aprender e amadurecer enquanto a isso, uma pessoa que é completamente diferente de você, mas que tem algo em comum. Que isso é muito importante.” (Trecho da entrevista de Rosa. In: SANTOS, 2015, p. 88).

Na visão das mulheres participantes, assim como daquelas que o organizaram, o Curso proporciona um real *empoderamento* para a maioria das mulheres. A partir dele, estabelece-se entre organizadoras (PLPs) e participantes uma troca de saberes e querer para seus futuros. Ele mostrou-se como um processo de *passagem* de uma noção de *si*, enquanto mulher e sujeito portador de direitos, para a noção de *nós*, enquanto grupo que se organiza com o mesmo *fim* e ensejos de luta.

“*[Mudou] até meu convívio aqui em casa*. Porque você saber, não quer dizer que você vai usar tudo, né? Quando *a pessoa vê que você sabe os seus direitos, eles começam a... te ver assim..., que você não é tão tonta como ele* imaginava que era, né?” (Trecho entrevista de Violeta. In: SANTOS, 2015, p. 93).

Como nos relata Violeta, a vida dela mudou a partir do Curso. Mudou em seu entorno familiar, em seu trabalho e na sua forma de se ver e ver o mundo. Esse é o principal objetivo do Curso e do grupo de PLPs. Nesse sentido, o Curso se mostra potencial polo de construção de identidades.

Após o término dessa turma e da quarta edição (2014). O grupo – de incipiente organização enquanto movimento social – recebeu um financiamento do “Fundo Elas – Avon”. Com isso somado aos processos de revisão dos Cursos pretéritos, o grupo aprimorou a estrutura do 5º Curso, passando-o para o período noturno, nas quartas-feiras, e realizando um rodízio entre as PLPs para o cuidado das crianças trazidas pelas mães: o que permitiu rever o perfil das mulheres participantes.

3.3.2 Identidade coletiva: fundação e organização do ColPLPs

Desde 2013, com o rompimento com a gestão da Prefeitura Municipal, o ColPLPs começou a enfrentar dificuldades. Dentre aquelas esperadas (financeiras, organização do tempo, etc.), algumas mulheres que haviam realizado o Curso e que não continuaram “militando” no grupo passaram a defender publicamente valores *pessoais* com a bandeira de “ser” uma “Promotora Legal Popular”. O grande problema disso foi que essas (poucas) mulheres falavam coisas totalmente opostas àquelas defendidas pelo ColPLPs. Falas essas como:

Mulher 1: *“Mulher tem que apanhar mesmo. Eu sou Promotora Legal! Sei do que estou falando!”*

Mulher 2: *“Sou Promotora Legal Popular. Sou contra o aborto, porque sou favorável à vida!”*

Esses exemplos se aproximam da forma e conteúdo defendido publicamente e em tom de posição política ao grupo. Foram proferidas por mulheres que fizeram o Curso e participaram até 2013 na organização de ações conjuntas com a administração municipal (ações como “marcha do “8 de março”, cursos de PLPs - segunda edição -, intervenções em locais públicos ou empresas privadas, etc). O que percebemos com isso é que havia uma confusão entre o “fazer o Curso” e o “ser PLP”.

Além do conteúdo, que o ColPLPs classificou como contrário àquilo ensinado no Curso e pensado e defendido por ele, notou-se que essas mulheres em particular tinham interesses políticos escusos: eram partidárias ou simpatizantes da administração pública municipal. E, após o rompimento com a nova gestão municipal, elas se afastaram do grupo, porque o classificaram como “de esquerda”, visto que a administração pública era contrária a grupos sociais que não estivesse em “suas rédeas”, no que se refere a forma de organização e atuação.

Notando isso, o grupo atuante percebeu a falha por não ter, desde o início do grupo, uma separação entre “o que é “ser” PLP” do “fazer o Curso”. A partir desse diagnóstico, ele começou a procurar soluções práticas que pudessem preservar sua imagem coletiva – já reconhecido no município como movimento social e também como uma referência para PLPs de outros municípios.

A primeira ação foi a de que, durante os Cursos que se seguiriam (da terceira à quinta turma), seria sempre frisado a separação entre “fazer o Curso” e “participar enquanto militante do movimento social”. Isso não bastou para descolar ideologicamente o grupo daquelas formadas na primeira e segunda turma que, vinculadas aos partidos políticos “pró-gestão atual”, falavam mal do grupo e defendiam valores opostos a ele, sob o “título” de PLP como respaldo político.

Por isso, o grupo resolveu construir um regimento interno (Disponível em: <<https://goo.gl/M1nsA4>>. Acesso em 13 mar. 2019) que, além de corroborar para tal separação, seria uma carta para (1) nortear às ações e formas de se pensar “Promotora Legal” e (2) testar a frente organizacional – visando a institucionalização futura do ColPLPs, enquanto ONG.

Construído de forma coletiva e no intervalo de seis meses, no dia 27 de janeiro de 2015, em assembleia exclusiva para a leitura e aprovação do Regimento Interno, as PLPs presentes (formadas até aquela data) leram e aprovaram suas principais finalidades, enquanto grupo, e reafirmaram os princípios que as uniram até aquele momento:

- Art. 3º - São princípios do Coletivo de Promotoras Legais Populares de São Carlos:
- I. Ética – Valores que orientam nossas ações no mundo, de forma humanizada no horizonte da igualdade e da justiça.
 - II. Dialogicidade – *Direito de todas as associadas a ter voz pelo diálogo igualitário*, em que são selecionadas prioridades, chegando a um *consenso* no qual podemos superar as desigualdades sociais, em que todos e todas poderão alcançar uma compreensão mais ampla do mundo.
 - III. Feminismo – Movimento que defende a igualdade, em todos os aspectos (social, político, econômico), entre homens e mulheres, independente de raça, etnia, cor, gênero, classe social, etária, religião, escolaridade, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, etc.
 - IV. Consenso – *Conformidade, igualdade de opiniões, pensamentos, sensações ou sentimentos; acordo entre várias pessoas diante das pretensões de validade de argumentos, respeitando todos os princípios deste coletivo.*
 - V. Respeito – *Tratar outra pessoa com grande atenção, profunda deferência, consideração*, independente de raça, etnia, cor, gênero, classe social, religião, escolaridade, sexualidade, orientação sexual, etc.
 - VI. Solidariedade – *Compartilhar de modo igual e entre si as obrigações das ações deste coletivo, sabendo ajudar quando necessário e estimular que as outras associadas possam ter autonomia para resolver questões do coletivo.*
 - VII. Autonomia – Capacidade de gerir a própria vida do coletivo, valendo-se de seus próprios meios, vontades e/ou princípios.
 - VIII. Auto organização – *Garantir nosso espaço de mulheres para nos fortalecer e trocar experiências*, assim como buscar formas para o enfrentamento à pressão existente sobre as mulheres.
- (Regimento Interno do Coletivo de Promotoras Legais Populares. Fonte: Coletivo de Promotoras Legais Populares de São Carlos/SP. Grifo nosso).

Nesta data foi reconhecida pelas participantes do grupo a fundação do ColPLPs do município, organizando e solidificando seus princípios, ações norteadoras (finalidades) e suas instâncias deliberativas, uma coordenação geral; e regulando as formas de ingresso, de participação e permanência no grupo.

Outra ação prevista pelo grupo, para “protegê-lo”, mas que ainda não foi realizada é a descrição nominal de suas associadas na página do ColPLPs. Essa ação tem a intenção de colocar em evidência quem é do grupo, em contraposição *àquelas que fizeram o Curso, mas não são do ColPLPs*. Evidente que a confusão se dá devido o nome do Curso (Curso de PLPs de São Carlos/SP) e o nome do ColPLPs (Coletivo de PLPs de São Carlos/SP), mas, ao que se nota pelas falas nas reuniões do ColPLPs, o apego com o nome do Curso é grande e até superior, para algumas associadas, do que o nome do próprio Coletivo.

Uma possível explicação para esse “apego” é o peso e história que o Curso tem para o grupo. O Curso deu o *start* ao grupo e é o mecanismo “nivelador” do grupo, isto é, a formação elementar para ser *aceita como associada*; além disso, é um Curso aplicado em diversos municípios com o mesmo nome “Curso de PLPs da [nome da cidade...]”. Portanto, há um motivo histórico em questão que se extrapola para a formação de uma identidade coletiva feminista sem barreiras municipais.

Já o nome do ColPLPs também é reconhecido localmente e por outros grupos feministas. Na cidade, o grupo é conhecido como “as PLPs”; fora da cidade, como “as PLPs de São Carlos”. Toda e qualquer decisão foi pensada coletivamente com o cuidado com estes referenciais que unem o grupo em si e para os outros.

4. CONCLUSÕES

Buscou-se aqui descrever e evidenciar os elementos que contribuíram para o processo de formação da identidade coletiva e individual de mulheres a partir do Curso de PLPs e da criação do Coletivo de PLPs de São Carlos/SP, relacionando esse caso com a perspectiva teórica da Sociologia dos Processos de Subjetivação representada pela etnografia de Jodelet (2009) sobre os processos de formação de identidades individuais e coletivas.

Apresentando processos, acontecimentos e falas dessas mulheres, buscou-se evidenciar seus valores compartilhados, durante a realização do Curso e participação no ColPLPs, e as formas como essas mulheres se veem inseridas em um grupo que tem por finalidade a emancipação delas próprias e de outras mulheres.

Como afirma Jodelet (2009), a prática intersubjetiva – como o nome sugere – refere-se a práticas de interação entre sujeitos. São realizadas basicamente pela via da oralidade e detêm significação compartilhada e negociada entre os sujeitos sobre o que são os objetos de interesse comum.

Sendo assim, o princípio que mais chama atenção é o da *solidariedade*, seguido dos princípios de *respeito* entre essas mulheres que, mesmo em situações de discordância, buscam o *consenso* entre suas associadas. Esses três princípios, quando somados e entendidos como complementares, propiciam o diálogo e reajustes dos processos de criação e identidade entre estas mulheres, porque as colocam em constante reflexão sobre os rumos do ColPLPs e suas ações individuais e coletivizadas.

Movimentos sociais, como o CoPLPs de São Carlos/SP, “abraçam” o “ser” mulher, ressignificando noções acerca do papel da mulher. Passam a olhar a mulher como uma simbiose entre o delicado e (forte) batalhadora; entre os papéis de mãe/progenitora e de construtora do seu próprio destino e de seus quereres e saberes *para além* do papel maternal; entre a lógica do trabalho doméstico e do trabalho externo ao lar e para além do *care*; e da conciliação dos conflitos gerados por um mundo capitalista selvagem que oprime minorias, tais como a de gênero, possibilitando um olhar emancipatório *de si para si*.

5. REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL : SPM, 2005.

BAUMAN, Z. IDENTIDADE. **Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Presidência da República: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BONELLI, Maria da Gloria. Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. *Cad. Pagu* [online]. 2004, n.22, pp. 357-372.

CUGLER, P. S.; SANTOS, R. A. A construção das políticas para as mulheres em São Carlos. In: SANTOS, R. A.; SOUZA, R. G. (Orgs.) **Tecer a Rede: relato e análise sobre políticas públicas para mulheres no município de São Carlos**. São Carlos: PMSC, Ed. Instituto Cultural Janela Aberta, 2012.

DIEESE. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011.

GOUVÊA, D. M.; BRANCALHONE, P. G. Primeiro curso “Promotoras Legais Populares”. In: SANTOS, R. A.; SOUZA, R. G. (Orgs.) **Tecer a Rede**: relato e análise sobre políticas públicas para mulheres no município de São Carlos. São Carlos: PMSC, Ed. Instituto Cultural Janela Aberta, 2012.

JODELET, D. **Loucura e Representações Sociais**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

LEANDRO, A. U. F.; ARAÚJO, E. A. C. O curso de formação para os profissionais. In: SANTOS, R. A.; SOUZA, R. G. (Orgs.) **Tecer a Rede**: relato e análise sobre políticas públicas para mulheres no município de São Carlos. São Carlos: PMSC, Ed. Instituto Cultural Janela Aberta, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: ONU-Mulher: OPAS/OMS : SEPM : FLACSO, 2015.

SANTOS, R. A. **Promotoras Legais Populares**: avançando na luta pela igualdade de gênero e na compreensão da Educação de Jovens e Adultos. (dissertação). São Carlos: UFSCar, 2015.

SEN. A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.